

Termo de Fomento nº 89/2026/GP.

TERMO DE FOMENTO

PARTES: *Município de Pato Branco*, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, CEP: 85.501-064, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Geri Natalino Dutra**, brasileiro, portador do RG nº 4551478-1 SESP/PR, inscrito no CPF nº 648.471.369-34, residente e domiciliado na Rua Candido de Abreu nº 25, Bairro Jardim Primavera, CEP 85.502-360, em Pato Branco - PR, como CONCEDENTE, e de outro lado, a **Remanso da Pedreira – REMAP**, inscrita no CNPJ nº 09.379.739/0001-20, com sede na Linha São Braz, s/n, Km 2, Área Rural, em Pato Branco/PR, CEP 85.500-001, telefone (46) 9.9981-9983, endereço eletrônico: remanso@remansodapedreira.com.br, neste ato representada por seu Representante Legal, Sr. Luciano Yamamoto, portador do CPF nº 794.396.599-04, inscrito no RG nº 4.975.930-4 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Argentina, nº 229, Apto. 302, Bairro Centro, em Pato Branco/PR, CEP 85.502-040, telefone (46) 9.9973-1050, e-mail: lucianoyamamoto4@gmail.com como **PROPONENTE**, conforme autorização constante do processo administrativo nº 13.603/2026 1Doc, Inexigibilidade nº 88/2026 – Processo nº 90/2026, Emenda Impositiva de Bancada nº 113/2025, que independente da sua transcrição, integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022 e demais legislações aplicáveis, bem como, pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - Constitui objeto da presente parceria, contratação de profissional especializado para implementação de programa de suporte inclusivo para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e atrasos no desenvolvimento, garantindo acessibilidade metodológica, regulação sensorial e participação plena nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

CLÁUSULA SEGUNDA – META DE ATENDIMENTO

- I - Realizar intervenções diretas e acompanhamento especializado durante as oficinas;
- II - Elaborar planos de organização sensorial e suportes de comunicação funcional;
- III - Capacitar a equipe pedagógica e orientadores sociais em manejo comportamental;
- IV - Prestar suporte técnico e orientação estratégica às famílias dos beneficiários e avaliar a eficácia das estratégias de inclusão e redução de barreiras sociais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- I - O serviço será executado fielmente pela PROPONENTE, após a assinatura do Termo de Fomento, devendo cumprir todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto ao Plano de Trabalho apresentado.
- II - No caso de interrupção do funcionamento da PROPONENTE ou paralisação das atividades vinculadas à presente parceria, faculta-se à CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

I - O prazo de vigência do Termo de fomento do objeto da parceria será de 10 (dez) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

II - O prazo de execução do Termo de fomento do objeto da parceria será de 10 (dez) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

III - Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, de acordo com a legislação vigente, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira do presente Termo de fomento.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

I - Para a execução do objeto da parceria, o CONCEDENTE fará o repasse do valor total de **R\$ 23.139,39** (vinte e três mil, cento e trinta e nove reais e trinta e nove centavos.) à PROPONENTE, com recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente à Emenda Impositiva de Bancada nº 113/2025.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Os repasses destinados à execução do objeto da parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária:

a) 09 Secretaria de Assistência Social - 09.02 Fundo Municipal Da Criança E Adolescente - 082430023.2.628000 Manutencao das atividades da Crianca e do Adolescente - 3.3.50.43.15.00.00 Demais Ent. Do Ter. Setor Pol. De Prom. Despesa nº 26026 - Desdobramento da Despesa 34313 – Fonte: 0 Recursos Ordinarios (Livres)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA DE REPASSE E FORMA DE PAGAMENTO

I - O repasse de recursos se dará após a assinatura e publicação do presente instrumento, em parcela única, observando o seguinte cronograma:

PARCELA	PRAZO	VALOR TOTAL
01	20 (vinte) dias úteis após a publicação do termo.	R\$ 23.139,39

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros deverão ser aplicados no custeio das seguintes despesas, desde que estritamente relacionadas à execução do objeto da parceria:

Descrição da Despesa	Código da despesa	Valor Total
Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica	3.3.90.39.01	R\$ 5.000,00
Vencimentos Salários	3.1.90.11.01	R\$ 9.000,00
Material Educativo e Esportivo	3.3.90.30.14	R\$ 1.339,39
Material de Limpeza e Produto de Higienização	3.3.90.30.21	R\$ 2.300,00
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	3.3.90.30.01	R\$ 4.000,00
Outros serviços de consultoria	3.3.22.35.00	R\$ 1.500,00

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES E COMPRAS

I - A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria, deverá obedecer aos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

II - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista ou de qualquer espécie entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a execução do objeto da parceria, sendo de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários, assim com quaisquer despesas de natureza fiscal ou comercial relativamente ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, afastando-se por completo a responsabilidade, ainda que solidária ou subsidiária, da CONCEDENTE por quaisquer destas obrigações.

III - A PROPONENTE adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos no âmbito da presente parceria.

IV - A PROPONENTE deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, através de pesquisas de preços, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira exigível em prestação de contas.

V - A PROPONENTE deverá manter em sua guarda, pelo prazo de 10 (dez) anos, os orçamentos coletados de fornecedores e prestadores de serviços, a fim de comprovar, caso necessário, a compatibilidade das despesas com os valores de mercado.

VI - Para fins de comprovação das despesas, a PROPONENTE deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

I - Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no **Banco do Brasil, Agência 0495 -2 - Conta Corrente 106902-0**.

II - A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.

III - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

IV - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

a) A utilização do recurso a que se refere este item deve ser solicitada pela PROPONENTE com

antecedência de até 30 (trinta) dias do término da vigência, perante o gestor da parceria, formalizando-se através de termo de apostilamento.

V - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

VI - Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE

I - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

II - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a)** Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;
- b)** Monitorar e avaliar constantemente a execução do objeto, emitindo relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, conforme previsto Decreto municipal 9.309 de setembro de 2022;
- c)** Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- d)** Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e)** Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
- f)** Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- g)** Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

h) Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

III - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

a) Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

b) Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

c) Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e na cláusula décima segunda deste Termo de Fomento;

d) Manter escrituração contábil regular;

e) Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos;

f) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas;

g) Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento;

h) Divulgar na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações;

i) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

j) Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo e Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

k) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

l) Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento;

m) Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:

1. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
2. garantir sua guarda e manutenção;
3. comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
4. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

5. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE;
- n) Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- o) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- p) Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados;
- q) Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES

I - Fica proibido à PROPONENTE:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;
- c) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;
- d) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista no Plano de Trabalho
- e) Utilizar os recursos recebidos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
- f) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) Pagamento de despesa bancaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

I - O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas em Lei e regulamento, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada.

II - A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da PROPONENTE, devidamente formalizada e justificada, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 9.309/2022, a ser apresentada à CONCEDENTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto.

III - A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

IV - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo de apostilamento ou termo aditivo ao plano de trabalho original, na forma do artigo 42 do Decreto Municipal nº 9.309/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO GESTOR DA PARCERIA

- I** - A CONCEDENTE indica como Gestora da parceria a servidora Elisandra Nath Copatti, CPF: 879.394.521-34 matrícula 81094, dentro dos padrões determinados pela legislação, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.
- II** - Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos art. 69 do Decreto Municipal 9.309/2022 e art. 73 da Lei 13.019/2017, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.
- III** - O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14.
- IV** - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- I** - Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 9.309/2022 e do Plano de Trabalho aprovado.
- II** - Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica *in loco*, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE.
- III** - O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 18 e 24/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.
- IV** - O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação.
- V** - Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
- a)** Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - b)** Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c)** Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
 - d)** Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento;

e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI - No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

VII - O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, deverá realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria.

VIII - As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas.

II – Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo:

- a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

III - O relatório de que trata o item II deve, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b) Do grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

IV - As informações de que trata o item III serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 24 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

V - Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:

- a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) O extrato da conta bancária específica;
- d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

- e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

VI - A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item V, observando-se o disposto no art. 56 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

VII - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento.

VIII - Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria.

Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual

I - Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício.

II - A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no item II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

III- Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

- a) Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

IV- A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá:

- a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e
- b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, observado o disposto no art. 59, § 1º, II do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

V - Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias:

- a) Sanar a irregularidade;
- b) Cumprir a obrigação; ou
- c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

VI - O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

VII - Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente.

VIII - Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado.

IX - O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas.

Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final

I - A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 41 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

II - O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor;

III – Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor.

IV- A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:

- a) O relatório final de execução do objeto;
- b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano;
- c) O relatório final de execução financeira;
- d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

V - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III da Cláusula Décima Sexta.

VI - Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V da Cláusula Décima Sexta.

VII - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela:

- a)** Aprovação das contas;
- b)** Aprovação das contas com ressalvas; ou
- c)** Rejeição das contas.

VIII - A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

IX - A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

X - A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a)** Omissão no dever de prestar contas;
- b)** Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c)** Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d)** Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

XI - A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no art. 54, § 1º do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

XII - A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria.

XIII - A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá:

- a)** Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou
- b)** Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XIV - Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

- a)** No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e
- b)** No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
 - 1.** Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
 - 2.** Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

XV - A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 9309/2022.

XVI - A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias.

XVII - A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

XVIII - Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, "b", do item XIV desta subcláusula.

XIX - Na hipótese do item XIV, "b" desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
- b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XX - O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias.

XXI - O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas específicas, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos ou entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

II - Prescreve em cinco anos, cotados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrente de infração relacionada à execução da parceria. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado a apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

I - O presente Termo de Fomento poderá ser:

- a) Extinto por decurso de prazo;
- b) Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- c) Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

d) Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

1. Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
2. Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
3. Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
4. Violação da legislação aplicável;
5. Cometimento de falhas reiteradas na execução;
6. Malversação de recursos públicos;
7. Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
8. Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
9. Descumprimento das condições que caracterizam a PROPONENTE como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
10. Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
11. Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da PROPONENTE e autorizado pelo Prefeito Municipal; e
12. Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

II - A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

III - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da CONCEDENTE, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da PROPONENTE, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

IV - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da PROPONENTE, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

V - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

VI - O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

VII - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

VIII - Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

I - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, caso

não aplicados no objeto da parceria, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

II - A PROPONENTE compromete-se, ainda, a restituir o valor transferido nos seguintes casos:

- a)** Inexecução do objeto;
- b)** Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido; ou
- c)** Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

III - Os débitos a serem restituídos deverão ser atualizados monetariamente desde a data do recebimento, observando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como, acrescidos de juros mensais de 1%, calculados da seguinte forma:

- a)** Nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022; e
- b)** Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:
 - 1.** Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
 - 2.** Do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

IV - A PROPONENTE deverá recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

V - A restituição do valor não exime a PROPONENTE de cumprir todas as sanções que lhes forem regularmente aplicadas, com base no presente Termo de Fomento e na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

I - Após o fim da parceria, os bens remanescentes que tiverem sido adquiridos com os recursos repassados serão destinados:

- a)** Ao CONCEDENTE, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela administração pública municipal; ou
- b)** À PROPONENTE, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

II - Na hipótese do subitem “a”, acima, a PROPONENTE deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens à CONCEDENTE, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil **não mais será responsável pelos bens.**

III - Na hipótese do subitem “b” acima, a PROPONENTE poderá realiza doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

IV - Na hipótese do subitem “b” acima, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a PROPONENTE, observados os seguintes procedimentos:

- a) Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
- b) O valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

V - Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil PROPONENTE durante a vigência da parceria os bens remanescentes deverão ser retirados pela CONCEDENTE, no prazo de até noventa dias contados da data de notificação da dissolução, exceto se aprovada proposta de doação a terceiros, de conformidade com o disposto no item III desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco-PR, para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

II - Obrigatoriamente, será feita prévia tentativa de solução administrativa para dirimir eventuais questões relativas ao presente contrato.

Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se à bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato.

Pato Branco, 31 de Julho de 2026.

Município de Pato Branco - Concedente
Geri Natalino Dutra - Prefeito

Remanso da Pedreira – REMAP - Proponente
Luciano Yamamoto - Representante Legal



ANEXO I – PLANO DE TRABALHO



**Todo dia fazendo
um novo futuro**

PLANO DE TRABALHO

EMENDAS IMPOSITIVAS 2025

EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 113/2025



1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC



2

**Todo dia fazendo
um novo futuro**

RAZÃO SOCIAL DA OSC : **REMANSO DA PEDREIRA**

CNPJ: **09.379.739/0001-20**

ENDEREÇO: **LINHA SÃO BRAZ**

NÚMERO: **S/N**

COMPLEMENTO: BAIRRO: **RURAL**
KM2

CEP: **85500-001**

UF: **PARANÁ** CIDADE: **PATO BRANCO**

DDD/TEL: **(46)9.9981.9983**

E-MAIL:

www.remansodapedreira.com.br

remanso@remansodapedreira.com.br

AGÊNCIA : 0495-2

BANCO: BANCO DO BRASIL

C/C: 106902-0

1.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

NOME REPRESENTANTE LEGAL: **LUCIANO YAMAMOTO**

CPF: **794.396.599-04**

RG: **4975930-4**

ÓRGÃO EXP: **SESP**

UF DO ÓRGÃO: **PR**

CARGO: **PRESIDENTE REMANSO DA PEDREIRA – GESTÃO 2026-2029**

ENDEREÇO: **RUA ARGENTINA**

Nº **229**

COMPLEMENTO: **AP 302**

BAIRRO: **CENTRO**

CEP: **85502-040**

TELEFONE: **(46) 99973-1050**

E-MAIL: lucianoyamamoto4@gmail.com

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: **CLAUDIA SIMONE MOHR**

CPF: **022.805.789-21**

RG: **14795122-1**

ÓRGÃO EXP: **SESP**

UF DO ÓRGÃO: **PR**

CARGO: **COORDENADORA GERAL- REMANSO DA PEDREIRA**

ENDEREÇO: **RUA ARARIBÓIA**

Nº **628**

COMPLEMENTO: **AP 401**

BAIRRO: **CENTRO**

CEP: **85501-262**

TELEFONE: **(46) 99981-9983**



Todo dia fazendo
um novo futuro

2. APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC

Fundado em 2008 pelo Dr. Luciano Yamamoto, o Remanso da Pedreira é uma Organização da Sociedade Civil que nasceu de ações voluntárias iniciadas em 2003 na região da "Favela da Pedreira". Atualmente, com uma sede própria de 25.000 m², a instituição consolidou-se como um centro de referência no acolhimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes e para famílias em situação de extrema vulnerabilidade social. Atualmente, a organização atende 180 crianças e adolescentes (6 a 17 anos) no regime de contraturno escolar, das 7h15 às 16h45. A entidade executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), operando em estrita conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Os beneficiários, residentes em 15 bairros do município, são encaminhados por órgãos da rede de proteção, como o CRAS, CREAS e Conselho Tutelar. O suporte logístico conta com transporte escolar ofertado pela Assistência Social, garantindo o acesso de alunos de diversas escolas locais à instituição. O Remanso da Pedreira fundamenta sua atuação em três eixos principais para garantir o bem-estar dos usuários:

1. Segurança Alimentar: São servidas 450 refeições diárias, com cardápios balanceados que cobrem café da manhã, almoço e lanches.
2. Saúde e Bem-estar: Oferta contínua de atendimentos psicológicos e odontológicos.
3. Desenvolvimento Socioeducativo: Realização de oficinas culturais, esportivas e formativas que estimulam o protagonismo infanto-juvenil.

O currículo de atividades é diversificado, abrangendo desde artes (ballet, teatro, coral e pintura) até tecnologia e esportes (informática avançada, futsal, basquete e yoga). A idoneidade e a qualidade do serviço são ratificadas pelos registros nos conselhos municipais (CMDDCA e CMAS), títulos de Utilidade Pública (Municipal e Estadual) e a certificação CEBAS.

Mais do que assistência social, o Remanso promove a transformação social, reduzindo riscos e fortalecendo os vínculos familiares. O objetivo final é a formação de cidadãos autônomos, proporcionando um ambiente seguro onde crianças e adolescentes possam construir novas perspectivas de futuro com dignidade e confiança.



**Todo dia fazendo
um novo futuro**

3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação de profissional especializado para implementação de programa de suporte inclusivo para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e atrasos no desenvolvimento, garantindo acessibilidade metodológica, regulação sensorial e participação plena nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Implementar programa de suporte inclusivo para crianças e adolescentes com TEA e atrasos no desenvolvimento, promovendo participação, acessibilidade e inclusão social nas atividades institucionais.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar intervenções diretas e suporte contínuo aos participantes com TEA durante as oficinas e atividades coletivas, respeitando as singularidades e o ritmo de aprendizagem de cada beneficiário.
- Desenvolver estratégias de comunicação funcional e planos de organização sensorial para reduzir crises, minimizar barreiras de interação e favorecer o bem-estar emocional no ambiente de convivência.
- Orientar e capacitar os orientadores sociais e a equipe pedagógica em técnicas de manejo comportamental e adaptação de atividades, prevenindo a sobrecarga dos educadores e qualificando o atendimento.

4.3 VIGÊNCIA

O período do projeto será de 10 meses

5. PÚBLICO ALVO

BENEFICIÁRIOS	FAIXA ETÁRIA	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ATENDIDOS	FORMA DE ACESSO AO PROJETO
Período Manhã	6 a 17 anos	Continuidade Institucional: Crianças que já compõem o quadro de beneficiários do Remanso da Pedreira e que atingiram a faixa etária do projeto.	5	Rede Socioassistencial: Novos usuários encaminhados formalmente pelos órgãos de proteção e apoio do município, especificamente:
Período Tarde	06 a 17 anos	- Contato diário com a rede de apoio socioassistencial. - Perfil Socioeconômico: O atendimento é prioritariamente voltado a famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), que apresentem fragilidade em seus vínculos afetivos ou precariedade de acesso a serviços públicos, garantindo que o suporte chegue a quem mais necessita de proteção social e estímulo ao desenvolvimento integral.	5	- CRAS (Centro de Referência de Assistência Social); - CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social); - Conselho Tutelar e Casa Abrigo Proteger; - Demais órgãos que compõem a Rede de Apoio Socioassistencial de Pato Branco.

6. ESPECIFICAÇÃO DE METAS E MEIOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO

META	QUANTIDADE PREVISTA	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
Realizar intervenções diretas e acompanhamento especializado durante as oficinas.	80% dos participantes com TEA ou atrasos identificados.	Prontuários técnicos e registros de	MENSAL
Elaborar planos de organização sensorial e suportes de comunicação funcional.	Mínimo de 01 momento de orientação/estudo de caso mensal.	Atas de reunião, fotos, listas de presença e relatórios de supervisão.	MENSAL
Capacitar a equipe pedagógica e orientadores sociais em manejo comportamental.	85% de frequência mínima	Listas de presença diárias assinadas.	MENSAL
Prestar suporte técnico e orientação estratégica às famílias dos beneficiários.	01 atendimento ou reunião de orientação por família a cada bimestre.	Registro de atendimentos e listas de assinaturas. Fichas de acompanhamento técnico individual.	BIMESTRAL
Avaliar a eficácia das estratégias de inclusão e redução de barreiras sociais.	01 Relatório Final de Impacto e Inclusão.	Documento técnico final com indicadores de evolução.	ÚLTIMO MÊS

7. METODOLOGIA/ AÇÕES DESENVOLVIDAS

1. Acompanhamento Direto e Mediação nas Oficinas

O profissional especializado atuará "in loco" durante as atividades de Arte, Cultura e Esporte. Sua função é identificar barreiras de participação e realizar a mediação imediata, traduzindo instruções complexas em comandos simples e garantindo que o ritmo de aprendizagem do participante com TEA seja respeitado, permitindo sua permanência e engajamento no grupo.

2. Adaptação Ambiental e Organização Sensorial

Serão implementadas estratégias de regulação para lidar com hipersensibilidades (sons, luzes, texturas). A metodologia inclui a criação de "zonas de refúgio" ou momentos de pausa reguladora, além da utilização de suportes visuais (como cartões de comunicação e quadros de rotina) que antecipam as atividades e reduzem a ansiedade e as crises comportamentais.

3. Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI)

Para cada beneficiário com TEA ou atraso global, será elaborado um plano técnico contendo objetivos específicos de comunicação, autonomia e socialização. Este documento é dinâmico e revisado mensalmente, registrando os avanços e adaptando as estratégias conforme a evolução de cada criança ou adolescente.

4. Consultoria Colaborativa com a Equipe e Família

A metodologia prevê momentos de "estudo de caso" com os **8 orientadores sociais**, onde o profissional especializado compartilha técnicas de manejo e adaptação de materiais, fortalecendo a confiança da equipe. Paralelamente, realiza-se a escuta e orientação das famílias, compartilhando ferramentas práticas que podem ser aplicadas em casa, garantindo a continuidade do processo terapêutico-pedagógico.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÊS1	MÊS2	MÊS3	MÊS4	MÊS5	MÊS6	MÊS7	MÊS8	MÊS9	MÊS10
Análise de prontuários, entrevistas e mapeamento de necessidades sensoriais.	Esta ação consiste no diagnóstico técnico inicial para fundamentar as intervenções personalizadas. A análise de prontuários revisa o histórico clínico e pedagógico de cada beneficiário, enquanto as entrevistas com os responsáveis permitem compreender a rotina e os desafios no ambiente familiar. O mapeamento de necessidades sensoriais identifica gatilhos de desregulação (como sons ou texturas) e potencialidades de comunicação, servindo de base para a criação de um ambiente seguro e adaptado que favoreça o aprendizado e a convivência no projeto.	X									
Confecção do Plano de Desenvolvimento Individualizado para cada participante.	Esta etapa consiste na elaboração de um documento técnico e personalizado para cada beneficiário com TEA ou atrasos no desenvolvimento. O Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) estabelece metas específicas de comunicação, socialização, autonomia e regulação emocional, respeitando as singularidades e o ritmo de cada criança ou adolescente. Este instrumento serve como	X	X								

	guia para o profissional especializado e para os orientadores sociais, garantindo que as intervenções sejam estruturadas, monitoradas e ajustadas conforme a evolução do participante ao longo do projeto.										
Acompanhamento e suporte especializado nas oficinas e atividades coletivas.	Esta ação consiste na atuação direta e presencial do profissional especializado durante a rotina do projeto. O objetivo é realizar a mediação constante entre o beneficiário e as atividades propostas, promovendo adaptações em tempo real para garantir a compreensão de comandos, a interação social e a participação segura. Esse suporte contínuo permite identificar e intervir precocemente em situações de desregulação, assegurando que o participante com TEA ou dificuldades de desenvolvimento permaneça engajado e acolhido em todas as oficinas coletivas.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Reuniões de estudo de caso e orientação aos 8 orientadores sociais (mensal).	Esta ação consiste em momentos de consultoria colaborativa entre o profissional especializado e a equipe de atendimento direto. Através da discussão técnica de casos específicos, a coordenação e os 8 orientadores sociais recebem orientações sobre manejo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



Todo dia fazendo um novo futuro

	comportamental, técnicas de comunicação alternativa e adaptação de materiais pedagógicos. Essas reuniões garantem o alinhamento metodológico do grupo, qualificam o olhar dos educadores para as necessidades do espectro autista e previnem a sobrecarga emocional da equipe, assegurando um ambiente de trabalho mais preparado e resiliente.									
Atendimentos individuais ou em grupo para suporte e estratégias domésticas.	Esta ação estabelece um canal de apoio técnico e emocional para os responsáveis pelos beneficiários com TEA ou dificuldades de desenvolvimento. Por meio de orientações práticas, o profissional especializado compartilha estratégias de organização da rotina, manejo de comportamentos e técnicas de estimulação que podem ser replicadas no ambiente doméstico. Esse suporte fortalece o vínculo entre a instituição e a família, garantindo a continuidade do processo de desenvolvimento da criança e oferecendo acolhimento aos cuidadores frente aos desafios do cotidiano.		X		X		X		X	X
	Esta ação consiste na análise técnica e periódica do impacto das			X			X			X

Assinado por 2 pessoas: GERI NATALINO DUTRA e LUCIANO YAMAMOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/1CF7-A7B0-D472-497B> e informe o código 1CF7-A7B0-D472-497B



Todo dia fazendo um novo futuro

Avaliação da eficácia das estratégias e ajustes nos planos de suporte.	intervenções realizadas. Por meio da observação direta e do feedback dos orientadores, o profissional especializado avalia o progresso do beneficiário em relação às metas estabelecidas no PDI (Plano de Desenvolvimento Individualizado). Esse monitoramento permite identificar quais estratégias de comunicação e regulação sensorial foram eficazes e quais precisam de ajustes ou novas abordagens, garantindo que o suporte pedagógico evolua conforme as necessidades e o ritmo de desenvolvimento de cada criança ou adolescente..										
Sistematização da evolução dos beneficiários e fechamento do ciclo anual.	Nesta etapa consiste na consolidação de todos os dados e indicadores coletados ao longo do ano para mensurar o impacto real do suporte especializado. O profissional sistematiza os avanços obtidos por cada participante em áreas como autonomia, comunicação e socialização, transformando os registros diários em um documento técnico final. Este relatório não apenas valida a evolução dos beneficiários e a eficácia das metodologias inclusivas aplicadas, mas também serve como base										X

Assinado por 2 pessoas: GERI NATALINO DUTRA e LUCIANO YAMAMOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/1CF7-A7B0-D472-497B>



**Todo dia fazendo
um novo futuro**

	estratégica para o planejamento do próximo ciclo e como instrumento de prestação de contas dos resultados alcançados pela instituição.										
Elaborar relatórios bimestrais de acompanhamento e o relatório final do projeto	Elaboração e entrega de relatórios bimestrais de acompanhamento no SIT e do relatório final de execução, em conformidade com as diretrizes e exigências da gestão municipal, formalizando o encerramento do projeto		x		x		X		x		x

9. Recursos Utilizados para Desenvolver o Projeto

9.1 Bens Permanentes

- Sala pronta com carteiras e cadeiras e ar condicionado;
- Sala de Cinema e Vídeo.
- Banheiros adequados.
- Refeitório.
- Brinquedoteca.
- Quadra Coberta.
- Área coberta para atividades em grupos.
- Sala Coletiva para atividades com a profissional.
- Sala de atendimento individual para conversas com crianças e famílias.
- Sala de atividades manuais.
- Biblioteca

9.2 Imóvel do Funcionamento do Projeto



Todo dia fazendo um novo futuro

Remanso da Pedreira, localizado na linha São Braz, km 02 – Interior.



- 02 almoxarifados
- 34 sanitários
- 40 pias
- 23 chuveiros
- 1 biblioteca
- 1 copa/cozinha
- 1 Consultório Odontológico
- 6 Instalações Elétricas e Hidráulicas
- 100% Energia Fotovoltáica
- 100% Captação da Água da Chuva
- 1 Quadra Esportiva
- 1 Recepção



Todo dia fazendo um novo futuro

- 1 Refeitório Amplo
- 1 Sala de Música
- 1 Sala Cinema
- 1 Sala Dança
- 1 Sala com Tatami
- 1 Brinquedoteca Completa
- 1 Sala Artes Manuais
- 1 Sala Informática
- 5 Salas de Apoio Equipadas com carteiras e cadeiras
- 2 Salas para atividades das crianças
- 1 Sala para Psicóloga
- 3 Salas para Coordenação e Administração
- Espaço coberto para atividades e brincadeiras

9.3 RELATÓRIO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA

Nome	Cargo/Função	Escolaridade/Formação	Carga Horária Semanal
Claudia Mohr	Coordenadora/ Regime de Contratação CLT	Terceiro Grau Completo com Especializações	40H
Jaine Maira Alves	Coordenadora Pedagógica	Terceiro Grau Completo com Especializações	40H
Taciana Pressoto Cadena	Auxiliar Administrativo/ Regime de Contratação CLT	Terceiro Grau incompleto/ Cursando Administração UTFPR	40H
Amanda Caroline Cecchin	Psicóloga/ Regime de Contratação CLT	Terceiro Grau Completo com Pós em Neuropsicologia, saúde do idoso e avaliação psicológica.	32H
Ana Karen Vieira	Coordenadora de Oficinas	Terceiro Grau Completo com Especializações Grau Completo. Pedagoga	40H



Todo dia fazendo um novo futuro

Antony Karpers	Orientador Educacional/ Regime de Contratação CLT	Cursando Educação física	30H
Marcia Pires	Orientadora Educacional/ Contratação PJ	Formação em pedagogia- pós em arteterapia e ensino em arte	30h
Lauren Semler	Orientadora Educacional/ Regime de Contratação CLT	Formada em Pedagogia	40H
Caroline Gural	Orientadora Educacional/ Regime de Contratação CLT	Formada em Pedagogia	30H
Vanderleia Martins	Orientadora Educacional/ Regime de Contratação CLT	Terceiro Grau Completo com Especializações / CLT	30H
Jessica de Oliveira	Orientadora Educacional/ Regime de Contratação CLT	Formação em letras português- inglês- pós em cultura e licenciamento e psicomotricidade na educação infantil	30H
Joice Maria Chiapetti	Orientadora Educacional/ Regime de Contratação CLT	Formação em letras português e pedagogia	30H
Maria Dias Pereira	Limpeza Geral / Regime de Contratação CLT	Sem Instrução	40H
Cleonice Dias Pereria	Cozinheira/ Regime de Contratação CLT	Sem Instrução	40H
Eliane Souza	Limpeza Geral/ Regime de Contratação CLT	Sem Instrução	40H
Sheila Souza	Limpeza Geral/ Regime de Contratação CLT	Sem Instrução	40H

Assinado por 2 pessoas: GERI/NATALINO DUTRA e LUCIANO YAMAMOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/1CF7-A7B0-D472-497B> e informe o código 1CF7-A7B0-D472-497B



**Todo dia fazendo
um novo futuro**

Janete Pereira	Limpeza Geral/ Regime de Contratação CLT	Sem Instrução	40H
Marli Dias Souza	Auxiliar Geral/ Regime de Contratação CLT	Sem Instrução	40H
Karen Luisa Schleicher	Cozinheira/ Regime de Contratação CLT	Ensino Médio Completo/	40H
Rozilete Simões	Auxiliar de Cozinha	Ensino Médio Completo/	40h
Jovelino Junior	Serviços Gerais/ Regime de Contratação CLT	Terceiro Grau Completo – Segurança do Trabalho	30H

10. Plano de Aplicação

CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS	DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR TOTAL
3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	Contratação de uma enfermeira com especialização em TEA.	R\$ 5.000,00
3.1.90.11.01 – Vencimentos Salários	Pagamento equipe que fará parte do projeto.	R\$ 9.000,00
3.3.90.30.14 - MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	Compra de Materiais para realização das atividades.	R\$ 1.339,39
3.3.90.30.21 Material de Limpeza e Produto de Higienização	Itens para manter todos os espaços utilizados no projeto limpos.	R\$ 2,300,00
3.3.90.30.01 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	Remanso fica distante dos bairros das crianças que atendemos em média 12km, esse valor será usado para reuniões, visitas para famílias e passeios que irão acontecer ao longo do projeto.	R\$ 4.000,00
3.3.22.35.00 – Outros serviços de consultoria	Vai atuar de forma transversal em todas as etapas do projeto. A necessidade desse serviço justifica-se pelo rigor técnico exigido na execução de convênios públicos, compreendendo: Assessoria na estruturação técnica do projeto, garantindo o alinhamento das metas, cronogramas e indicadores de impacto com as exigências do órgão concedente e as normativas da Proteção Social Básica.	R\$ 1.500,00



Todo dia fazendo um novo futuro

	Consultoria técnica para a consolidação dos dados de execução e organização documental, assegurando que os relatórios finais reflitam com precisão o cumprimento do objeto e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.	
TOTAL		R\$ 23.139,39



Todo dia fazendo um novo futuro

11. DESPESAS QUE SERÃO PAGAS EM ESPÉCIE

Não haverá despesas a serem pagas em espécie, uma vez que todos os pagamentos serão realizados por meio de transferência bancária identificável, conforme estabelecido pelo art. 24, VII do Decreto 9.309.

12. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

ETAPA ATIVIDADE	PERÍODO DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	VALOR PREVISTO(R\$)
Pagamentos profissionais	Mês 01 até Mês 10	Pagamento mensal dos profissionais que estão diretamente ligados ao projeto.	R\$ 500,00(mensal) R\$ 5.000,00 total
Pagamento profissionais entidade.	Mês 01 até Mês 10	Pagamento mensal dos profissionais que estão diretamente ligados ao projeto.	R\$ 900,00(mensal) R\$ 9.000,00 total
Material de Limpeza	Mês 1 ao Mês 10	Compra de itens para manter os ambientes limpos.	R\$ 2.300,00 (total)
Compra de Materiais	Mês 1 ao Mês 10	Muitos autistas possuem hipersensibilidade (sentem demais) ou hipossensibilidade (sentem de menos) aos estímulos do ambiente. Por isso a importância de comprar alguns itens para que seja usado nas atividades.	R\$ 1.339,39 (total)
Combustíveis	Mês 01 até Mês 10	Remanso fica distante dos bairros das crianças que atendemos em média 12km, esse valor será usado para reuniões, visitas para famílias e passeios que irão acontecer ao longo do projeto.	R\$ 400,00 (mensal) R\$ 4.000,00 total
Outros serviços de consultoria	Mês 1	Consultoria técnica para a consolidação dos dados de execução e organização documental, assegurando que os relatórios finais reflitam com precisão o cumprimento do objeto e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.	R\$ 1.500,00 (total)

Assinado por 2 pessoas: GERI/NATALINO DUTRA e LUCIANO YAMAMOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/1CF7-A7B0-D472-497B>



Todo dia fazendo
um novo futuro

LUCIANO
YAMAMOTO:79
439659904

Assinado de forma digital
por LUCIANO
YAMAMOTO:79439659904
Dados: 2026.07.30 15:26:46
-03'00'

Pato Branco, 30 de julho de 2026

Luciano Yamamoto
Presidente Remanso da Pedreira

Assinado por 2 pessoas: GERI NATA LINO DUTRA e LUCIANO YAMAMOTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/1CF7-A7B0-D472-497B>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1CF7-A7B0-D472-497B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GERI NATALINO DUTRA (CPF 648.XXX.XXX-34) em 03/08/2026 10:32:52 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LUCIANO YAMAMOTO (CPF 794.XXX.XXX-04) em 03/08/2026 11:48:14 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/1CF7-A7B0-D472-497B>